

A hora e a vez da municipalização da defesa agropecuária(*)

EDITORIAL

Num País de dimensões continentais como o Brasil não se pode imaginar um sistema de gestão pública que não valorize o município.

Todos sabem da enorme importância do agronegócio para a economia brasileira. Corresponde a um quarto do PIB nacional, mais de um terço das exportações e dos empregos. O agronegócio é o grande responsável pelo saldo positivo da balança comercial nacional. E a grande maioria dos municípios brasileiros é muito dependente deste importante segmento da economia.

De outro lado, as administrações municipais pouco vêm fazendo pela defesa agropecuária em nível local. Na verdade, a agropecuária ainda está muito longe de receber os serviços públicos que necessita e que merece, pois é uma das únicas atividades da administração pública, onde a gestão dos serviços permanece centralizada nos níveis estadual e federal.

Hoje, na forma como estão estruturados os serviços oficiais de defesa agropecuária, o município recebe atribuições e nenhum recurso. Mais grave, é o município o primeiro a sofrer as consequências dos problemas sanitários. Parecem evidentes os avanços sociais e econômicos ocorridos com a descentralização da gestão pública, em áreas como a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública etc. Está na hora de a defesa agropecuária entrar nesta luta.

O Projeto de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária tem demonstrado que o envolvimento das prefeituras nas questões ligadas à sanidade agropecuária é o primeiro e importante passo neste sentido. Porém é fundamental que lideranças do agronegócio e gestores municipais esgotem este debate no sentido de tornar mais próximo dos produtores os serviços de defesa e os

programas de controle e erradicação de doenças e pragas.

É no município que as coisas acontecem e é por intermédio do município que os programas nacionais de defesa agropecuária vão acontecer de fato. Encontramos hoje diversos municípios contribuindo com as ações de defesa agropecuária de forma voluntária, seja subsidiando vacinações e exames, seja promovendo a capacitação de produtores, ou ainda subsidiando a melhoria da qualidade do leite. Isso é sensibilidade com a causa pública.

No processo de municipalização da defesa agropecuária, previsto pelo SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, existem três níveis de gestão: o central ou superior do governo federal, o intermediário caracterizado pelo governo estadual e a unidade básica operacional do sistema no nível municipal. Todos têm atribuições bem definidas e complementares, formando assim, um sistema único e hierarquizado.

Porém, para o SUASA acontecer, falta a destinação de recursos para remunerar os procedimentos de defesa realizados pelo município. Se isso acontecesse, enriqueceria muito a estrutura oficial de defesa no estado e no país. Muitos problemas sanitários seriam resolvidos mais rápidos e facilmente com o reforço da adesão dos recursos humano e financeiro das administrações municipais.

É a hora e a vez de os municípios entrarem na luta por uma defesa mais moderna, adequada à realidade econômica dos municípios focada em seus problemas e contribuindo na implantação dos grandes programas nacionais. Esta ação vem somar à estrutura hoje existente e definitivamente instituir o sistema de defesa que o país merece e que os mercados nacional e internacional exigem.

(*) Celso Doliveira, médico veterinário, assessor do FUNDEPEC/PR

“Está na hora de a defesa agropecuária entrar nesta luta.

O Projeto de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária tem demonstrado que o envolvimento das prefeituras nas questões ligadas à sanidade agropecuária é o primeiro e importante passo neste sentido”

EDITORIAL

↳ A hora e a vez da municipalização da defesa agropecuária

■ Página 01

EVENTOS

■ Página 02

PEQUENAS NOTAS

■ Página 04

FIQUE SABENDO

↳ Açúcar e álcool têm expectativa de crescimento no mercado internacional

↳ CMN aprova capital de giro para agroindústria

↳ Câmara discute alternativas para produção

↳ Produtor pode financiar estocagem de etanol

■ Páginas 02, 03 e 04

NOTICIA DA CNA

↳ Kátia Abreu protocola ação no STF contra decreto presidencial dos portos

■ Páginas 03

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 05/05/09

■ Página 05 e 06

Informativo Semanal



Nº 549

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
João Ribeiro Crisóstomo - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE

Tom Prado - C.S. Fruticultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Eventos

Vaquejada: De 22 a 24.05.2009 acontecerá a 24ª Vaquejada do Parque São José, em Angicos, no Rio Grande do Norte. No evento haverá a distribuição de R\$ 50 mil em prêmios. Maiores informações contactar com o Senhor Jaime Batista pelo telefone (84) 9965-0053.

Feira: A Superagro Minas 2009 que constitui hoje um dos mais expressivos eventos do agronegócio de Minas, caracterizada pela diversidade de segmentos que compõem a feira, realizar-se-á de 27.05 a 07.06.2009, no Complexo Parque de Exposições da Gameleira/Expominas, em Belo Horizonte-MG, uma promoção do Governo de Minas Gerais, Secretaria de Agricultura, FAEMG e SEBRAE-MG. A edição 2009 inclui a 49ª Exposição Estadual Agropecuária; os congressos brasileiros de Reprodução Animal e de Florestas Energéticas, a 12ª Expocachaça e o Ciclo de Aulas Técnicas. A feira vem consolidando seu perfil para prospecção e realização de negócios por empresas expositoras de Minas e de outros estados, fornecedoras de insumos, produtos e equipamentos em geral para as diversas atividades do agronegócio. Informações: telefone (31) 3334-5783; Site www.superagro.ima.mg.gov.br e site superagro@ima.mg.gov.br

Feira: A 12ª Expocachaça – Feira e Festival Internacional da Cachaça ocorrerá de 04 a 07.06.2009. O evento que é uma promoção da empresa Cachaças do Brasil, terá como local de realização a Expominas Belo Horizonte – Pavilhões 2 e 3, em Belo Horizonte – Minas Gerais. Informações: telefones (31) 3284-6315 / 3287-5243; E-mail feira@expocachaca.com.br e site www.expocacha.com.br

FIQUE SABENDO !!!

Açúcar e álcool têm expectativa de crescimento no mercado internacional

“O setor sucroalcooleiro tem potencial de desenvolvimento no mercado internacional, tanto no que se refere à produção de açúcar, que diminuiu na União Europeia e Índia, quanto ao etanol. Temos condições de atender bem os mercados interno e externo”. A afirmação é do secretário de Produção e Agroenergia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Manoel Bertone, que participou do anúncio do primeiro levantamento da cana-de-açúcar da safra 2009, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De acordo com o diretor de Logística e Gestão Empresarial da Conab, Sílvio Porto, o crescimento da produção de álcool hidratado no País, estimada entre 18,5 bilhões de litros e 18,8 bilhões de litros, deve-se ao aumento do número de veículos Flex-Fuel, em que a venda mensal já representa 92% da frota brasileira. “São mais de sete milhões de unidades distribuídas no País, com isso, podemos chegar a um crescimento de 17% para este ano, no que se refere ao álcool hidratado. Nas exportações de álcool, o panorama deve permanecer conservador, devido ao quadro mundial e, de açúcar, o cenário é positivo”, explicou.

A produção de cana-de-açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro está estimada entre 662 milhões de toneladas e 633,7 milhões de toneladas. O resultado representa entre 8,6% e 10,7% a mais que o alcançado na safra anterior. Do total, 44,81% serão destinados à fabricação de açúcar e 55,19% de álcool. Já a produção de açúcar ficará entre 278,4 e 283,5 milhões de toneladas, o que equivale a crescimento de 15,3% a 17,4%.

Para a elaboração do primeiro levantamento da cana-de-açúcar nesta safra, 50 técnicos visitaram 382 usinas de álcool e açúcar, no período de 30 de março a 9 de abril de 2009.

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial

NOTÍCIA DA CNA

Kátia Abreu protocola ação no STF contra decreto presidencial dos portos

A Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Senadora Kátia Abreu, protocolou no dia 6 de maio último, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) contra o Decreto nº 6.620, publicado em 30 de outubro de 2008 no Diário Oficial da União para disciplinar a concessão de portos, o arrendamento e a autorização de instalações portuárias no País. O principal argumento é que o decreto dificultará a construção de novos portos para acompanhar o crescimento das exportações e importações, além de favorecer o cartel existente na atividade portuária.

Pela Lei nº 9.882/99, que trata do processo e do julgamento da ADPF, o STF escolherá um ministro relator para esta matéria, que poderá deferir a liminar, suspendendo a vigência do decreto. O relator também pode pedir mais informações ao presidente da República e depois será solicitado parecer do Procurador-Geral da República. Em seguida, o processo é julgado pelo Plenário da Suprema Corte. Segundo a senadora, o texto é inconstitucional por ter vários dispositivos não previstos na Lei dos Portos (8.630/93). Um dos pontos do texto mais contestado pela presidente da CNA é a imposição de proporcionalidade entre cargas próprias e de terceiros para operar nos terminais portuários privativos de uso misto. Na sua avaliação, o artigo que trata desta questão repete o que consta na Resolução 517 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), que impõe um mínimo de carga própria para quem pretende investir em terminais portuários. “Estamos próximos de um caos portuário no Brasil e quem constatou isso foi o Tribunal de Contas da União (TCU), que aprovou, no ano passado, por unanimidade, uma auditoria nos portos brasileiros diante da ineficiência do sistema portuário”, lembrou.

Acordo desfeito - “Tínhamos esperança de que o Brasil fosse beneficiado com o aumento do número de portos. Mas, com este Decreto, continuará a burocracia no sistema portuário”, lamentou a senadora. Kátia Abreu explicou que a demanda do setor agropecuário era a eliminação desta exigência, que foi acordada entre Governo e Legislativo em junho do ano passado. “Este acordo foi descumprido”, afirmou. A presidente da CNA estimou que, em oito anos, o Brasil precisará de um sistema portuário que consiga acompanhar a entrada e saída de produtos do País. No caso do agronegócio, a projeção é a de que o Brasil exporte 190 milhões de toneladas de produtos agrícolas e importe 20 milhões de toneladas de fertilizantes. Outra reivindicação era a autorização para o setor privado trabalhar com diferentes produtos no porto, de modo que aqueles que operam com carga própria também pudessem escoar outro tipo de produto. Na avaliação da presidente da CNA, o Decreto nº 6.620 impõe que a carga de terceiros seja a mesma daquele que tem carga própria no terminal portuário. “Se eu exporto sapato, não poderei exportar televisão”, explicou Kátia Abreu.

Atraso e contradição – Para justificar o retrocesso da norma, ela argumentou que há projetos de investimentos em terminais privativos de uso misto (público e privado) que somam mais de US\$ 10,8 bilhões, que poderiam ser feitos por empresas, mas o Decreto impede. Essa quantia, segundo Kátia Abreu, supera o volume de US\$ 1,6 bilhão previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o sistema portuário. Outra consequência negativa citada por Kátia Abreu foi o alto valor pago em multas diárias por atraso na entrega do produto (demurrage) e atrasos operacionais (sobrestadia), que deixam os navios ancorados por vários dias para o embarque e desembarque de mercadorias. Este valor, em 2007, foi de US\$ 150 milhões somente com a importação de fertilizantes devido à ineficiência dos portos nacionais.

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

CMN aprova capital de giro para agroindústria

Em reunião extraordinária realizada no dia 16 de abril, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução 3714, que institui linha de crédito de R\$ 10 bilhões para financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e implementos agrícolas e cooperativas agropecuárias. Estes recursos serão aplicados por meio de operações diretas do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e das instituições financeiras credenciadas. O prazo para contratação da linha vale até 31 de dezembro de 2009, com prazo de pagamento em 24 meses, incluindo 12 meses de carência, e o risco da operação será da instituição financeira.

As taxas de juros para esta operação serão de 11,25% ao ano. Estes encargos são considerados inferiores às taxas de capital de giro disponíveis no mercado. No entanto, se for levado em conta o atual momento de crise, estes juros deveriam ser menores. A expectativa é de que haja maior demanda pelos frigoríficos, que nos meses de março e abril fecharam dezenas de unidades de produção.

A maior dificuldade observada para a operacionalização desta linha de crédito é o elevado comprometimento do setor com dívidas de curto prazo e de garantias. As empresas em processo de recuperação judicial aguardam a divulgação de uma medida para contemplá-las, uma vez que não poderão acessar esta linha de crédito.

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Câmara discute alternativas para produção

Estudos para a diversificação da matéria-prima para a produção de óleo a ser misturado ao diesel mineral foi um dos assuntos debatidos na reunião da Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel, no dia 30 de abril último. De acordo com o Presidente da Câmara e Coordenador-Geral de Agroenergia, da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Denilson Ferreira, todos os segmentos da cadeia do biodiesel voltaram a se reunir após 19 meses e discutiram culturas alternativas, como pinhão manso, dendê e mamona. Atualmente, a soja é a principal matéria-prima na composição do biodiesel.

O Chefe Geral da Embrapa Agroenergia, Frederico Durães, apresentou as pesquisas em andamento com as oleaginosas.


Mercado do biodiesel - O Ministério de Minas e Energia pretende aprovar o aumento de 3% para 4% na mistura do óleo ao diesel, o B4, para julho deste ano. A frota brasileira consumiu cerca de um bilhão de litros de biodiesel em 2008. Atualmente, são acrescentados 100 mil litros de óleo ao mês no diesel. Cerca de 36 mil agricultores familiares trabalharam, em 2008, nas lavouras de mamona (estados do Nordeste), dendê (estados do Norte) e soja e canola (RS). A expectativa é de que este número avance para 82 mil agricultores. O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel leva em consideração a sustentabilidade ambiental, o balanço energético e a questão social. Estão autorizadas a funcionar 46 usinas de biodiesel.


Produtor pode financiar estocagem de etanol


O programa de financiamento para formação de estoques de etanol na safra 2009/2010 entrou em operação no dia 5 de maio último, com recursos de R\$ 1,3 bilhão, provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As normas do programa constam da Portaria 201, do Ministério da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União (DOU). Com essa medida, o governo concede financiamento às usinas, destilarias, empresas de comercialização de etanol e cooperativas de produtores, mediante a garantia do estoque de etanol.

O programa de financiamento dos estoques de etanol é um dos instrumentos de política pública que o governo dispõe e para minimizar as variações dos preços do combustível que sofrem uma queda acentuada na safra (maio a dezembro) e uma elevação significativa na entressafra (janeiro a abril). O governo quer manter linearidade nos preços do etanol combustível. A autorização da subvenção foi concedida em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional, em 16 de abril deste ano.

pequenas NOTAS

 **Rebanho suíno brasileiro não oferece risco à população:** O vírus H1N1, responsável pela atual epidemia de Influenza Norte-Americana, popularmente chamada de gripe suína, no México, Estados Unidos e Canadá, não foi identificado em rebanhos suínos no Brasil. Essa é uma das constatações do pesquisador Paulo Augusto Esteves, da Embrapa Suínos e Aves, unidade descentralizada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. De acordo com ele, esse vírus é uma amostra nova, com origem desconhecida e ainda não está claro se a origem é de suínos. "O importante é informar que não temos amostras desse vírus aqui no Brasil e não há possibilidade de humanos serem infectados por contato com suínos", enfatizou Paulo. Outro esclarecimento do pesquisador é sobre o consumo da carne suína. "Não há possibilidade de transmissão pelo consumo da carne suína. De qualquer forma, é sempre prudente que toda a carne seja cozida ou assada adequadamente antes do consumo, orientação que é feita para evitar qualquer outro tipo de infecção", afirmou. O vírus da influenza é inativado a temperaturas acima de 70°C.

 **Cotação de frango recua na exportação:** As exportações de carne de frango em março deste ano se recuperaram em relação ao registrado em fevereiro, apesar de ainda estarem abaixo dos embarques de igual mês de 2008. Mas os preços continuam em queda forte, reflexo da pressão decorrente da crise econômica global. Segundo dados divulgados pela Abef (Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango), em março o país exportou 307 mil toneladas, 16,5% mais do que em fevereiro, mas 2% abaixo de março de 2008. Os embarques renderam US\$ 422 milhões, 13% mais do que em fevereiro, mas 24% menos do que em março de 2008. O preço médio dos produtos exportados em março foi de US\$ 1.378,00 por tonelada, queda de 22,28% na comparação com o mesmo intervalo de 2008. O Presidente da Abef, Francisco Turra, vê um início de recuperação nas exportações, mas evita euforia. "A cautela deve ser mantida", afirmou, lembrando que a Abef mantém a recomendação de evitar produção em excesso.

 **Brasil e Argentina fazem acordo na área de lácteos:** O governo brasileiro fechou, em Buenos Aires, um compromisso de preços mínimos e estabeleceu uma cota máxima para as exportações de produtos lácteos da Argentina. Pressionados pela decisão da Camex (Câmara de Comércio Exterior) de barrar seus produtos, os argentinos concordaram em vender a tonelada de leite em pó, no mínimo, por US\$ 2,2 mil. Também aceitaram restringir suas vendas em até 3 mil toneladas por mês. Os governos brasileiro e argentino debaterão, em Assunção a elevação da TEC (Tarifa Externa Comum) do bloco para a importação de lácteos. O Brasil propõe aumentar a sobretaxa de 16% para 28%. O objetivo é reduzir a diferença tarifária e eliminar eventuais "triangulações" de produto de terceiros países, como os membros da União Europeia e a Nova Zelândia. Hoje, o Brasil mantém o leite em pó na lista de exceção à TEC e cobra 27% das importações. Os termos do acordo de Buenos Aires serão fiscalizados por uma comissão bilateral de monitoramento composta por membros do governo e do setor privado. "Isso deve estabilizar os preços no mercado interno", disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

Resumo da reunião de 5 de maio de 2009

Tema: *Parceria MPS/ECAS, Instituto Agropólos do Ceará para Certificação nos Setores de Flores, Plantas Ornamentais e Horticultura.*

Palestrante: *Senhora Ticiane Batista de Mesquita, Engenheira Agrônoma do Instituto Agropólos do Ceará.*
Debatedores: *Senhores Gilson Gondim, Presidente da Câmara Setorial de Flores; Álvaro dos Santos Neto, Diretor da Multi Expressão Consultoria e Mercado Ltda, Economista, Professor da UECE*

O Sr. Coordenador Torres de Melo abriu a reunião dando algumas informações e dizendo que a certificação era um desafio ao Instituto Agropólos. Em seguida, passou a palavra à palestrante. A Sra. Ticiane Batista de Mesquita iniciou agradecendo a oportunidade de estar no Agropacto, falando sobre certificação. Apresentou o Instituto Agropólos: foi criado em janeiro de 2002, entidade qualificada como Organização Social, que trabalha para a promoção do desenvolvimento urbano, local, regional e rural e exerce atividades de difusão de tecnologia, facilitando o acesso ao conhecimento e às técnicas adaptáveis às condições produtivas locais e operacionalizando sistemas de capacitação permanente para os agentes produtivos. E que a MPS/ECAS era uma empresa de Certificação Internacional, fundada em 1995, na Holanda, para trabalhar em agricultura, horticultura e aquicultura, em parceria no Brasil com o Instituto Agropólos do Ceará, com escritório em Fortaleza. Disse que a MPS/ECAS contava com 3.200 participantes MPS ABC na Holanda, 600 participantes MPS ABC no restante do mundo, estava presente em 55 países, sendo líder no mercado, com padrão dos mercados internacionais. Disse ainda que a finalidade do fortalecimento de parcerias era promover através dos serviços de auditoria e certificação os empreendimentos do agronegócio brasileiro e da América Latina, pois o trabalho de certificação oferecido tem reconhecimento internacional, proporcionando eficiência e qualidade de uma forma dinâmica e empreendedora. Com as vantagens de ter a cooperação Local (auditores); o conhecimento da cultura, idioma, produção e pontos de melhoria para a filial; menor custo; experiência internacional com certificação; trabalho junto a cadeia; e o grupo MPS tem reconhecimento nos principais mercados de exportação (Europa e EUA). Reivindicações: Sanidade alimentar; Boa qualidade; Ausência de resíduos; e Manejo sustentável. Com confiabilidade para realização de bons negócios; Lealdade dos clientes; Posição de vantagem no mercado; e Acesso a capital de investimento. E que os danos com a reputação podem causar: Perda de oportunidades nas vendas; Desinteresse pelo produto; Perda de competitividade; Dificil acesso devido à má reputação; e Dificuldades em linhas de financiamento. Explicou por quê verificar: por ser exigência; como ações preventivas para evitar danos quanto a imagem do produto e produtor; para avaliação independente por um grupo certificador; Certificação que mostre qualidade do processo de produção e produto; e resposta aos clientes com relação a demanda dos produtos. Certificações oferecidas: MPS -GAP e Global- GAP, MPS ABC, MPS Quality, MPS Socially Qualified, MPS Florimark, ISO 9001:2000, TNC; Tesco Natures Choice, BRC; British Retailer Consortium, HACCP, ISO 22000. tendo como assuntos importantes dentro da certificação: Rastreabilidade, Aspectos ambientais, Aspectos sociais, Qualidade do produto, Transporte e Registro e documentação. Concluiu chamando à atenção: "Você produtor tem um papel importante dentro do projeto, no

Suporte de informações, no Levantamento das demandas dentro do setor para certificação e no Compromisso para alcançarmos o nível da certificação". O Sr. Coordenador passou a palavra ao debatedor, Sr. Gilson Gondim, que apresentou-se e disse ter acompanhado toda implantação do Instituto Agropólos. Falou sobre a diferença entre o produto rastreado ou não e que a certificação é cada vez mais exigida, que não agrida meio ambiente, que tenha menor consumo de energia possível, etc., parâmetros do desenvolvimento sustentável. Ainda havia complicações, pois existiam vários certificadores e a tendência era que tivesse uma convergência a um padrão e a MPS já tinha credibilidade, segundo viu nos Estados Unidos e Holanda. Disse que havia a necessidade real e o marketing que as certificadoras faziam junto aos maiores produtores. Ressaltou que quem pensava em crescer em seu negócio tinha que entender que a certificação era uma ponte para esse sucesso. O Sr. Coordenador passou a palavra ao próximo debatedor, Sr. Álvaro dos Santos Neto falando que a certificação era uma realidade que não dava para voltar atrás e que além disso ainda tinha o comércio justo, a certificação do produtor. Deu exemplos de projetos que arrefeceram por não ter a consciência do desenvolvimento sustentável e deu uma panorâmica das discussões sobre o assunto, desde 1991, pela União Européia, passando por 1999, com a criação do selo da qualidade de produtos orgânicos, até os dias atuais. Disse que era necessário ver primeiro tipo de certificação se adequava, para depois estruturar os produtores em cooperativas, associações, etc. Ressaltou que nem sempre os interesses dos certificadores eram os interesses principalmente dos pequenos. Concluiu com o exemplo de uma comercialização do mel, que foi prejudicada por encontrarem resíduos e que tinha que ter parceria e comprometimento de todos os lados, produtor e exportador. O Sr. Coordenador passou a palavra ao representante da empresa MPS-ECAS, Sr. Arthij Van der Veer, que fez complementações sobre a parceria com o Instituto Agropólos, disse que o Ceará era quase líder do Brasil na área da exportação e que a certificação era muito importante para chegar ao mercado europeu e americano na fruticultura. Falou sobre a floricultura, com novos produtos bons para o meio ambiente, bem como na área social, tinha tudo para crescer. Estavam trabalhando para fortalecer a parceria, para dar meios ao produtor para o crescimento e que esse era um trabalho que estava sendo construído. Finalizou dizendo que estão com escritório em Fortaleza, disponível a todos.

Debates

O Sr. Coordenador abriu os debates, dizendo que o representante da MPS ao falar português, demonstrava que a empresa era ciente de um problema fundamental: a comunicação direta e entendível pelo produtor. Perguntou como estava a licitação para a escolha da empresa certificadora. A palestrante



responde que o serviço de certificação é disposto ao produtor e era de interesse dele receber o serviço de auditoria para certificação. O Sr. Coordenador disse da sua preocupação de indefinição do Instituto Agropolos durante a atual gestão e que era importante pontuar ações. Reforçou o crédito e confiança que o segmento tinha no Instituto, na sua função. No primeiro bloco de perguntas, passou a palavra ao Sr. Flávio Saboya, por ocasião da assinatura do convênio levantaram algumas questões sobre a certificação e destacaram às capacitações essenciais que deveria ocorrer junto às propriedades, e levantaram a possibilidade do SENAR contribuir no processo. O Sr. Vandir Matias concordou que a certificação era um processo irreversível, diante das suas experiências em feiras e stands de vários países, que apontavam para essa exigência. A Sra. Rosália Aguiar falou sobre Israel ser o maior produtor de rosas e perguntou quantos produtores daquela região de Israel e Holambra estavam atendendo e como tratar a questão ambiental sem a ISO 14000 e se há previsão de tê-la. Neste bloco, os três fizeram mais algumas considerações e questionamentos. A Sra. Ticiania respondeu que as linhas de capacitação do SENAR são bem vindas; que a certificadora audita e o proprietário tinha que procurar empresa de consultoria e adequar a propriedade para ser certificada; que os custos são enviados de acordo com a propriedade, em contato com o instituto Agropolos; que as MPS/ECAS veio exatamente para viabilizar os custos ao produtor. O Sr. Arthij Van der Veer complementou em relação aos custos serem proporcionais ao tamanho e produção das propriedades e olhavam tudo isso para depois formalizar uma proposta e que existe a proposta de custo mais baixa para grupos também; que Israel era um país difícil e já trabalham há muitos anos e que estão com novo projeto na área de frutas e flores, mas não sabia no momento dizer quantos produtores ao total e poderia mandar depois; que ISO 14000 era muito difícil e o sistema de certificação do meio ambiente é mais sobre impacto de produtos químicos, fertilizantes, etc., sobre o meio ambiente e em analisando, recebem um selo. No segundo bloco, o Sr. João Nicédio parabenizou o Instituto Agropolos pela parceria e lamentou a necessidade de se fazer pesquisa para saber se essa entidade deveria ou não continuar. Concordou que não dava mais para trabalhar a organização antes do mercado, pois muitas frustrações que já haviam ocorrido. O Sr. Edmar Vieira disse da sua preocupação quanto às entidades de pesquisa do Ceará, citando a Epace, mas reforçou que as idéias, sonhos e soluções tinham que sair do ar condicionado e ir para dentro

das porteiras. Convidou para quarta feira de alimentos do Sebrae, onde estavam com stand e o lançamento de carne de avestruz com tapioca. Falou ainda que havia cooperativas montadas e sem condições e que deveria haver uma fiscalização sobre elas. O Sr. João Nicédio disse que a OCB/CE não tinha o poder de fiscalizar, que teria que ser denunciado ao Ministério Público do Trabalho. O Sr. Coordenador disse que se for problema sanitário, a denúncia tinha que ser feita na Adagri, até mesmo para orientações maiores. O Sr. Antonio Bezerra Peixoto fez um registro de reunião onde foram discutidas parcerias, uma delas a definição de selo para produtos da agricultura familiar e que haveria uma mesa redonda sobre o tema certificação e agregação e comercialização de produtos agropecuários da agricultura familiar no PECNORDESTE, com a participação do presidente do Instituto Agropolos. O Sr. Gilber Lopes fez esclarecimentos sobre o Instituto Agropolos, por exemplo que era instituição privada sem fins lucrativos, credenciada como Organização Social junto ao Governo do Estado, criada com a finalidade de facilitar a ação da agricultura irrigada. O Sr. José Ponchet fez algumas observações sobre o mercado de flores, que para o Estado do Ceará estava muito concentrado, onde em 2006, 95% das exportações foram para Holanda, EUA e Portugal, em 2007 repetira-se e em 2008 uma pequena variação no percentual, permanecendo para os três países. Deu mais alguns dados e perguntou se diante da obrigatoriedade dos produtores trabalharem com certificação, não era de se esperar que esse mercado se expandisse. O Sr. Chico do Calcário perguntou se o Instituto Agropolos não teria uma equipe para estimular e esclarecer pequenos produtores para trabalhar em cima da certificação. Fez considerações a respeito de variedades de castanha de caju que encontrava, impróprias para o consumo humano. O Sr. José Trajano falou sobre a importância da presença do Dr. Torres de Melo na CNA e que o Caju Nordeste 2009 teria que ser grande. O Sr. Coordenador passou a palavra à palestrante, que respondeu: a certificação no setor de flores e plantas ornamentais vinha agregar valor; que o Instituto Agropolos tinha técnicos posicionados no Castanhão e Jaguaribe, para realizar visitas técnicas. O Sr. Gilson Gondim fez algumas complementações, entre elas: que dois estados fazem parte da Câmara Nacional: Ceará e São Paulo; que precisam desenvolver o consumo local, pois é quem puxava toda atividade; que a certificação vai permitir ao produtor o acesso a outros locais. O Sr. Álvaro dos Santos Neto disse que sempre insistiu na discussão sobre o que era uma organização social, a exemplo do IDT, que incorporara as políticas de emprego do SINE, fazendo cursos que não eram de sua alçada, com o intuito de vender serviços e se auto-sustentar, que esse era o motivo das O.S. saírem do seu foco. O Sr. Ronaldo Borges esclareceu que a agricultura familiar não fora opção do Governo e que não podiam deixar nenhuma dúvida sobre a importância do Instituto Agropolos e que a prova de que o Estado acredita no Instituto Agropolos era que estavam assinando contrato de gestão no valor de 15 milhões. Fez mais alguns esclarecimentos. O Sr. Coordenador disse que as palavras foram importantes, pois houvera espontânea manifestação de apoio ao Instituto Agropolos. Todos os presentes que se manifestaram ao microfone parabenizaram ao Dr. Torres de Melo pelo cargo ocupado na CNA. O Sr. Coordenador agradeceu a todos as congratulações, convidou a todos para agendarem a presença ao PECNORDESTE,